

**PROGRAMA REUNI: IMPLANTAÇÃO, OPERACIONALIZAÇÃO E
IMPACTOS NA CULTURA INSTITUCIONAL DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DE UBERLÂNDIA (UFU), NO PERÍODO DE 2008 A 2012.**

Márcia Cristina Soares Cabrera de SOUZA¹
Universidade Federal de Uberlândia – UFU

Mara Rúbia Alves MARQUES²
Universidade Federal de Uberlândia – UFU, Orientadora

RESUMO

Quando se discute políticas públicas para a educação brasileira no período pós- LDB, os processos de transformações sociais, econômicas e políticas e seus impactos na educação são colocados à luz da reflexão e discussão. As políticas educacionais provocam transformações na sociedade, pois são lidas diferentemente pelos segmentos sociais dentro e fora das escolas, não pairam abstrativamente no ar e são experimentadas e vivenciadas, diuturnamente, pelos sujeitos sociais.

Os debates sobre educação superior no Brasil, as políticas educacionais dos governos de Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff permitem analisar movimentos, tendências e desafios no processo de democratização e privatização da educação superior, na relação público/privado, nos sistemas de avaliação, mudanças nas universidades e em seus modelos de gestão.

Com o objetivo de aumentar as vagas nas universidades públicas, o governo federal instituiu o REUNI que propõe uma reestruturação da educação superior. Como as IES que aderiram ao Plano tem buscado o equilíbrio entre o aumento de vagas e a gestão interna? Houve discussão com a comunidade universitária, em espaços escolares e não escolares? Cabe-nos investigar se o REUNI causou impactou na cultura institucional da UFU, pois pressupomos que as políticas educacionais impactam a vida acadêmica, pedagógica e administrativa das IES, tanto no aspecto político-cultural como no técnico-operacional. Por fim, acreditamos que as políticas educacionais devem, necessária e obrigatoriamente, ser precedidas de ampla discussão com os envolvidos no processo educativo: alunos, docentes, técnicos, gestores, entidades representativas, sociedade civil e governos.

Palavras-chave: Ensino superior. Expansão. REUNI. Cultura Institucional.

¹ Mestranda em Educação, linha de pesquisa *Estado, Políticas e Gestão em Educação*, endereço eletrônico: marciaescabrerasouza@gmail.com

² Docente da UFU e orientadora da pesquisa – endereço eletrônico: mara@ufu.br

Introdução

Este texto refere-se a uma pesquisa em desenvolvimento do Curso de Mestrado em Educação - UFU, com orientação da Prof. Dra. Mara Rúbia Alves Marques, previsão de conclusão em dezembro de 2013, quando os resultados serão divulgados.

Quando se discute políticas sociais, públicas ou privadas, para a educação brasileira, no período pós LDB (Lei 9.394/96 – Diretrizes e Bases da Educação Nacional), seja em universo macro ou micro de análise, os processos de transformações sociais, culturais, econômicas e políticas e seus impactos no campo educacional são colocados à luz da reflexão e da discussão.

As políticas públicas educacionais provocam profundas transformações na sociedade, pois são lidas diferentemente pelos diferentes segmentos dentro das escolas e fora delas, na medida em que as políticas não pairam abstrativamente no ar, elas são vivenciadas e experimentadas, direta ou indiretamente, por todos os sujeitos sociais.

Com o objetivo de aumentar as vagas nas universidades públicas e reduzir as taxas de evasão nos cursos presenciais de graduação, o governo federal, por meio do Decreto nº 6.096, de 24 de Abril de 2007, instituiu o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, que se constituiu em uma proposta ampla de reestruturação da educação superior, a qual visa à elevação dos níveis de acesso, permanência e qualidade da Educação Superior.

Os principais objetivos do REUNI, expostos textualmente no relatório de Diretrizes Gerais, publicado pelo MEC em agosto de 2007, é criar condições de aporte de recursos para ampliação do acesso e permanência na Educação Superior, no nível da graduação; bem como o aumento da qualidade do ensino por meio da inovação e adequações acadêmicas com articulação entre a graduação, pós-graduação, educação básica, profissional e tecnológica; melhorar o desempenho dos recursos humanos e da infraestrutura física das universidades federais, respeitando as características e singularidades de cada instituição e estimulando a diversidade do sistema de ensino superior.

O decreto assenta-se em dois pilares básicos: a exigência de 90% de aprovação e o aumento do número de alunos por professor da ordem de 1 para 18³. Estas metas deveriam, não apenas orientar um conjunto de adaptações que cada unidade de ensino passaria a

³ A relação de dezoito estudantes da graduação presencial por professor foi fixada com base nas determinações contidas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96) no que se refere à carga horária dos professores (art.57), estimando-se salas de aula com 45 alunos de graduação e uma carga horária discente de aproximadamente vinte horas semanais.

implementar, como também constituir em parâmetros efetivos para a liberação de recursos. O argumento utilizado pelo MEC refere-se à justa e necessária expansão do número de vagas nas universidades públicas, possibilitando o acesso de segmentos mais amplos da sociedade à educação superior gratuita.

O Programa REUNI pretendeu, além de novos marcos de financiamento público, consolidar uma política nacional de expansão da educação superior pública, ao estabelecer o provimento da oferta de educação superior para, pelo menos, 30% da população brasileira, com idade entre 18 e 24 anos, até o final da década.

O REUNI foi aprovado na UFU em dezembro de 2007, para o período 2008-2012, com a proposta de expansão de vagas por meio da criação de novos cursos de graduação, de novos turnos e aumento de vagas em cursos de graduação já existentes. A proposta da UFU previu um aumento de 1.350 vagas por ano, e ao final do período, um aumento total de 4.820 vagas. Criada em 1969 a UFU é uma instituição jovem, sua expansão é um processo recente e deve ser tomado como um investimento de longo prazo, no desenvolvimento social da cidade e da região, e representa um compromisso social com grande número de jovens, sem condições de acesso a outras oportunidades de transformação de suas vidas e de suas realidades sociais.

Objetivos

Dessa forma o *objetivo geral* deste estudo é analisar o Programa REUNI na Universidade Federal de Uberlândia, no período de 2008 a 2012, de modo a identificar, em última instância, os impactos do Programa na cultura institucional da Pró-Reitoria de Graduação, tanto do ponto de vista político-cultural quanto do técnico-operacional.

No atendimento a este objetivo algumas questões perpassam a análise da implantação do REUNI na UFU. Todos os aspectos presentes no Decreto do REUNI foram contemplados na proposta e integralmente implantados na UFU? Houve expansão de vagas na graduação e na pós-graduação e a respectiva reestruturação acadêmica prevista no decreto presidencial? O REUNI provocou impactos de natureza política-cultural e técnica-operacional na cultura institucional da PROGRAD?

Neste sentido, *os objetivos específicos* são:

a) Situar o Programa REUNI, no contexto das políticas educacionais para a Educação Superior, considerando a origem e a história da universidade brasileira, com ênfase nos processos de expansão.

- b) Verificar como se deu a implantação do Programa REUNI na UFU, considerando a origem e história da Instituição, com ênfase nos processos nacionais e locais de expansão;
- c) Verificar os impactos do Programa REUNI na PROGRAD, considerando a implantação e desenvolvimento do Programa, com ênfase na estrutura e na cultura institucional da Pró-Reitoria, em termos dos aspectos político-cultural e técnico-operacional.

Pressuposto básico

Estes objetivos, geral e específicos, sintetizam o seguinte *pressuposto básico*: a Universidade Federal de Uberlândia cresceu significativamente na última década por meio de diferentes processos de expansão e, no que concerne ao processo de implantação e desenvolvimento do REUNI, como estratégia recente de expansão e reestruturação institucional, houve impactos na cultura institucional da PROGRAD, sobretudo em termos de novas necessidades e mudanças institucionais, relativamente aos aspectos político-cultural e técnico-operacional.

Quanto ao *aspecto político-cultural* supomos que o REUNI, por um lado, desencadeou tensões e embates políticos e organizacionais entre as instâncias consultivas, deliberativas e/ou decisórias. Por outro lado, o REUNI também provocou tensões e debates inter e intra-institucionais, de caráter político e filosófico no sentido de se pensar, coletivamente, qual projeto de Universidade se queria para a UFU, mobilizando, de maneira inédita na história da UFU, docentes, discentes, técnicos administrativos, bem como suas respectivas entidades profissionais.

Quanto ao *aspecto técnico-operacional* supomos que o REUNI, por um lado demandou a imediata (re)organização das dinâmicas e fluxos de trabalho, a introdução de novas tecnologias de informação e o aprimoramento dos sistemas de gerenciamento existentes para o controle acadêmico. Por outro lado, provocou o realinhamento das rotinas de trabalho e o remanejamento, contratação e capacitação de pessoal, para viabilizar a operacionalização das atividades acadêmicas.

Abordagem teórico-metodológica

No que se refere à *abordagem teórico-metodológica*, para dar conta desta investigação, nos termos acima colocados, optamos pela pesquisa qualitativa, para a qual consideramos a relevância da pesquisa empírica, pela prerrogativa que ela nos dá de maior concretude às argumentações e análises.

No *desenvolvimento da pesquisa* utilizamos os procedimentos metodológicos, a seguir enumerados:

1. Pesquisa Bibliográfica: O levantamento bibliográfico nos permitiu verificar as reflexões e os debates existentes e desenvolvidos por autores que analisaram as políticas educacionais, a expansão do ensino superior e a Reforma do Estado, que nos indicaram importantes *categorias de análise* como expansão do ensino superior; reestruturação do ensino superior e cultura organizacional.
2. Pesquisa Documental: realizada com os documentos oficiais dos órgãos centrais do sistema educacional brasileiro, estatutos, regimentos, atas, resoluções e documentos diversos da UFU. Também foram analisados jornais nacionais, regionais e locais⁴; relatórios da Comissão REUNI/UFU; pesquisas e relatórios da CPA/UFU⁵; sites oficiais do Governo Federal, Presidência da República, Senado Federal, Câmara Federal, Ministério da Educação, Ministério do Planejamento, INEP, SESu, UFU; dentre outros.
3. Pesquisa empírica: Realizada por meio de entrevistas semiestruturadas com servidores aposentados e efetivos da UFU, que trabalharam na elaboração do projeto e implantação do REUNI, que atuaram ou atuam como técnicos ou gestores UFU e da Pró-Reitoria de Graduação e servidores que participaram como membros da Comissão CPA-UFU e Comissão REUNI-UFU;

Estruturação da pesquisa

A organização da pesquisa e a sistematização da análise dos dados obtidos no processo de investigação – pesquisa bibliográfica, documental e empírica, resultou na *estruturação da pesquisa* em três capítulos:

O primeiro capítulo “*Origem e expansão do Ensino Superior no Brasil*” tem como objetivo situar o Programa REUNI, no contexto das políticas educacionais para a Educação Superior, considerando a origem e a história da universidade brasileira, com ênfase nos processos de expansão. Neste percurso de análise são destacadas as Reforma do Estado e da Educação Superior Brasileira. Neste sentido, trataremos da instituição tardia da universidade brasileira, da expansão do ensino superior no Brasil, da Reforma do Estado Gerencial, e do

⁴ Consideramos os jornais uma importante fonte de dados, tendo em mente que eles são feitos com determinadas intenções, produzem interpretações e versões sobre a realidade social e atingem públicos diversos.

⁵ Relatórios das pesquisas de autoavaliação Institucional da UFU, realizadas pela Comissão Própria de Avaliação da UFU, nos anos de 2010 a 2012, disponíveis em <http://www.cpa.ufu.br/>

REUNI como política pública de expansão e reestruturação das instituições federais de ensino superior.

No segundo capítulo *Origem e Expansão da Universidade Federal de Uberlândia* pretende-se verificar como se deu a implantação do Programa REUNI na UFU, considerando a origem e história da Instituição, com ênfase nos processos nacionais e locais de expansão. Neste percurso de análise é destacado o papel da PROGRAD dentro do contexto universitário e o processo de elaboração, implantação e implementação do Programa REUNI na UFU. Neste sentido, trataremos da criação, federalização e expansão da UFU, sua importância no contexto local e regional e das questões políticas e sociais que envolveram a adesão e implantação do REUNI.

O terceiro capítulo “*A Prograd e o estudo da cultura organizacional: Uma análise dos impactos do Programa REUNI nos aspectos político-cultural e técnico-operacional*” objetiva verificar os impactos do Programa REUNI na PROGRAD, considerando a implantação e desenvolvimento do Programa, com ênfase na estrutura e na cultura institucional da Pró-Reitoria, em termos dos aspectos político-cultural e técnico-operacional. Neste sentido, trataremos de que forma a expansão e a reestruturação institucional, advindas do REUNI, impactaram a cultura institucional da Pró-Reitoria de Graduação, no período de implantação do REUNI, de 2008 a 2012 e apresentaremos os resultados da pesquisa, considerando as categorias de análise depreendidas ao longo da pesquisa.

Nas *Considerações Finais* retomamos as análises realizadas e sintetizamos os principais aspectos técnico-operacional e o político-cultural, explicitados no processo da pesquisa, ou seja, sempre partindo do pressuposto de que ciência não é acúmulo de resultados prontos, definitivos e acabados.

A reforma do Estado Brasileiro e o REUNI como política de expansão e reestruturação das Instituições Federais de Ensino Superior.

Em qualquer análise sobre o REUNI é preciso analisar, primeiramente, a expansão do ensino superior no Brasil e a reforma do Estado Brasileiro, pois são processos simultâneos, e a Reforma do Estado interferiu, significativamente, na reforma educacional do país e nos processos de expansão.

A grande explosão do ensino superior no Brasil aconteceu ao longo dos anos 70, com um forte processo de massificação, por meio da multiplicação de instituições isoladas de ensino superior, criadas pela iniciativa privada. Sem condições de atender à crescente demanda o Governo permitiu que o Conselho Federal de Educação aprovasse centenas de

cursos novos. A concentração urbana, a exigência de melhor formação de mão de obra industrial e de serviços, a ampliação do ensino médio público, etc. são fatores que levaram a essa elevação da oferta de vagas no ensino superior.

Nos anos 90 inicia-se uma nova fase com a Constituição de 1988 e com a homologação de leis que passam a regular a educação superior e, a partir de 1994, na esteira das decisões e discussões realizadas na Conferência Mundial sobre Educação para Todos (1990) e na elaboração do Plano Decenal de Educação para Todos (1993-2003), a política educacional adotada por Fernando Henrique Cardoso (FHC), período de 1995 a 2002, transferiu para a comunidade escolar a responsabilidade pela eficácia, eficiência, produtividade e excelência da escola e uma ampla reforma do ensino começou a ser efetivada com a nova LDB, que propôs novos rumos para a educação nacional,

A doutrina neoliberal passou a direcionar a política brasileira a partir do Governo de Fernando Collor de Mello. No entanto, foi no governo de FHC, em 1995, que essa política foi acentuada e que as principais medidas neoliberais dos setores econômico e educacional foram tomadas, a partir das diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Reforma Administrativa - MARE, em sintonia com os organismos multilaterais, como o Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento.

O presidente FHC priorizou a reforma da administração pública, com a proposta de uma “administração pública gerencial”, apresentada como solução para a crise administrativa, substituindo a gestão burocrática do Estado, até então vigente. Conforme Maria das Graças Ribeiro (2002) a Reforma do Estado, proposta por FHC teve significativa e expressa influência de agências e organismos internacionais.

A reforma do ensino superior brasileiro acontece, paralelamente, com a reforma do Estado, com a passagem do “Estado Interventor” para o “Estado regulador”. Vemos que a reforma (ainda não concluída) na educação superior, vem, paulatinamente, promovendo a transformação das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) em organizações sociais, por meio de contratos de gestão estabelecidos com o governo federal, por meio do Ministério da Educação e Cultura (MEC) e da Secretaria de Educação Superior (SESu) , legitimando a proposta outrora estabelecida no Plano Diretor da Reforma do Estado e pelo MARE. Segundo Valdemar Sguissard (2005)

Jamais como hoje a universidade foi pensada como parte da economia. Jamais como hoje o conhecimento, a ciência e a tecnologia desta decorrente, foram tão valorizados como mercadoria capital a ser apropriada hegemonicamente pelas grandes corporações globalizadas e no interesse estatal dos países centrais. [...] A ideia de uma universidade organizada e

gerida nos moldes empresariais, trabalhando com uma semi-mercadoria no quase mercado educacional está cada vez mais presente no discurso e na prática oficiais das políticas públicas de educação superior. (SGUISSARD, 2005, p. 128)

No âmbito da gestão educacional, o Governo Federal, na gestão Lula, lançou em abril de 2007 o “PAC da Educação” com o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), apresentado como um conjunto sistematizado de ações integradas no âmbito da educação nacional, com dois importantes decretos que iniciaram uma profunda mudança no cenário educacional brasileiro: o Decreto 6.094/2007, que dispôs sobre a implementação do plano de metas Compromisso Todos pela Educação, e o 6.096/2007 que instituiu o Programa REUNI, com o objetivo de levar a universidade ao interior do país e democratizar o acesso, com a expansão da oferta de vagas.

Desta feita, entendemos que o REUNI faz parte de um conjunto de decretos, projetos e resoluções que o governo vem adotando para implementar a reforma universitária brasileira e se constitui como um dos principais eventos para a educação superior brasileira, depois da reforma de 1968 ; porém, pode ser também considerado um programa, dentro de um universo de planos e projetos de implantação do ideário de um Estado empresarial-gerencialista, que busca a satisfação das demandas e exigências do mercado e o processo de avaliação das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). Sobre essa questão atesta Mara Marques (2010)

[...] o REUNI pode ser interpretado como expressão deste processo diferenciado de gestão e financiamento das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) pelo MEC, com significativo impacto no planejamento interno das universidades, pautada em programas focalizados e com exequibilidade financeira condicionada pela relação metas/cronograma /desempenho/ avaliação; o que se expressou, já de início, na possibilidade de opção de adesão ou não ao Programa pelas Instituições ou por suas unidades acadêmicas. Em síntese, em lugar de políticas universais minimamente previsíveis, na administração pública tem havido uma hipertrofia de propostas que tornam o ato de planejar por vezes confuso – o que, contraditoriamente, indica maior necessidade de planejamento ágil, responsável e, resistentemente, autônomo. O proselitismo político e ideológico perde terreno neste âmbito e o ritmo da mudança tende a ceder cada vez mais ao ritmo dos decretos. (MARQUES, Mara, 2010)

O cenário atual da educação brasileira indica que o atendimento a uma maior quantidade de estudantes requer a expansão do setor público em índices maiores que o crescimento do setor privado. Essa é, também, uma das previsões do Plano Nacional de Educação, além do aumento das camadas sociais que têm acesso ao setor público.

A expansão da educação superior é uma demanda legítima da sociedade brasileira e, em razão da insuficiência da oferta de vagas, em termos quantitativos, pelo sistema federal de

ensino superior, não há nenhuma dúvida que as propostas e projetos que visem a correção desta distorção devem ser analisados, discutidos com a comunidade acadêmica e institucionalizados. É preciso estar atento a qualquer processo ou programa que traga consigo modificações de largo alcance, geralmente grandes mudanças em curto espaço de tempo, a fim de garantir o patamar de excelência, alcançado “a duras penas” e com muitas dificuldades, pelas universidades federais brasileiras, ao longo das últimas décadas e também de se evitar o risco de uma formação aligeirada.

Dessa forma, entendemos que o Programa REUNI certamente não deve ser visto como um procedimento uniformizado, a ser aplicado indistintamente a cada uma das Universidades que a ele se candidataram, uma vez que devem ser consideradas a história, as particularidades da região e as especificidades da instituição.

O processo de implantação do REUNI e as múltiplas ações de implementação se interrelacionam, sejam elas o provimento de recursos humanos da categoria de docentes e de técnicos administrativos, a ampliação da infra-estrutura para atender à expansão de vagas de ingresso, a otimização da utilização dos espaços físicos já existentes ou o provimento dos recursos financeiros e provocam impactos, seja nos aspectos político-cultural no sentido de alterar ou criar uma nova cultura organizacional nas instituições, como, também no aspecto técnico-operacional, no sentido de exigir a reorganização das dinâmicas de trabalho e a introdução de novas tecnologias da informação.

O REUNI faz parte do conjunto de decretos, projetos de lei, resoluções e portarias que o governo vem adotando para implementar a reforma universitária brasileira e se constitui como um dos principais eventos para a educação superior brasileira, depois da reforma de 1968. O Programa REUNI não deve ser considerado como um programa que determine apenas repasse de recursos financeiros, mas deve-se levar em consideração um conjunto de metas não financeiras, que garantam a utilização dos recursos financeiros para a efetiva melhoria do processo educacional do ensino superior no Brasil. A proposta do governo é que as instituições que aderiram ao REUNI devem se constituir, não apenas em uma expansão quantitativa das matrículas, mas, antes de tudo, em um projeto que preconiza oportunidade efetiva de rearticulação acadêmica, de reformulação curricular, um instrumento gerador de reestruturação da política do Sistema Federal de Ensino Superior.

Sobre essa questão atesta Mara Marques (2010)

[...] o REUNI pode ser interpretado como expressão deste processo diferenciado de gestão e financiamento das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) pelo MEC, com significativo impacto no planejamento interno das universidades, pautada em programas focalizados e com

exequibilidade financeira condicionada pela relação metas/cronograma /desempenho/ avaliação; o que se expressou, já de início, na possibilidade de opção de adesão ou não ao Programa pelas Instituições ou por suas unidades acadêmicas. Em síntese, em lugar de políticas universais minimamente previsíveis, na administração pública tem havido uma hipertrofia de propostas que tornam o ato de planejar por vezes confuso – o que, contraditoriamente, indica maior necessidade de planejamento ágil, responsável e, resistentemente, autônomo. O proselitismo político e ideológico perde terreno neste âmbito e o ritmo da mudança tende a ceder cada vez mais ao ritmo dos decretos. (MARQUES, Mara. Educação em Debate. in XV Seminário Regional do Educador, 2010, p.37, Uberlândia).

Considerações Finais

É inegável que há um grande movimento educacional no país, mas é igualmente inegável que a educação e a universidade brasileira (pública e privada) necessitam de mudanças profundas e grandes reestruturações e ainda têm um longo caminho rumo ao desenvolvimento e à qualidade esperada, se comparadas com universidades de outros países. Não seria exagero afirmar que a Educação é um projeto ainda incompleto no Brasil e carece de políticas educacionais, que sejam, realmente, eficientes e eficazes.

Por fim, acreditamos que as políticas sociais, especialmente as educacionais devem, necessária e obrigatoriamente, ser precedidas de ampla discussão com todos os envolvidos no processo educativo: alunos, docentes, técnicos, gestores, sindicatos, sociedade civil e governos.

Referências Bibliográficas

- BRASIL, 2007. Decreto nº 6.096, 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Presidência da República. Brasília, DF: *Diário Oficial da União* de 25.04.2007.
- BRASIL, 2007. Chamada Pública MEC/SESu Nº 08/2007 – REUNI – Secretaria de Educação Superior – SESu, 2007.
- BRASIL, 1996. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Presidência da República. Brasília, DF: *Diário Oficial da União* de 23.12.1996.
- BRASIL, 2001. Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001. Aprova p Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Presidência da República. Brasília, DF: *Diário Oficial da União* de 10.01.2010.
- BRASIL. *Projeto de decreto*. Instituição o programa de apoio a planos de reestruturação e expansão das Universidades Federais. 2006.

BRASIL. *Relatório do Plano de Reestruturação e Expansão da UFU*. Uberlândia: UFU, 2009.

BRASIL/UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. *Pacto REUNI UFU*. (Disponível em <http://www.reuni.ufu.br/sites/reuni.ufu.br/files/pacto-reuni-ufu.pdf>. Acesso em 16 de dezembro de 2011.)

CHAVES, V. L. J.; LIMA, R. N., MEDEIROS, L.M. Reforma da educação superior brasileira – de Fernando Henrique Cardoso a Luiz Inácio Lula da Silva: políticas de expansão, diversificação e privatização da educação superior brasileira. In:

DOURADO, L. F. *Reforma do Estado e as Políticas para a Educação Superior no Brasil nos anos 90* - Educação e Sociedade, Campinas, v. 23, n. 80, p.234-252, set./ 2005.

DOURADO, L. F., CATANI, Afrânio M. , OLIVEIRA, João f. de. *Políticas e gestão da educação superior. Transformações Recentes e Debates Atuais*. (orgs). Goiânia: Editora Xamã. Alternativa, 2003.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais: *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v.35, n.2., p.57-63, 1995. Disponível em: http://www.producao.ufrgs.br/arquivos/disciplinas/392_pesquisa_qualitativa_godoy2.pdf Acesso em 15.agosto.2013.

MARQUES, M.R.A. *Revista Retrospectiva e Perspectiva*, XV Seminário Regional do Educador – Uberlândia p.37, 2010.

MARQUES, M.R.A. Padrões históricos do (Neo) Liberalismo Brasileiro e Reforma Educacional nos Anos 90: um balanço da era FHC. In *Anais do II Congresso de Pesquisa e Ensino em História da Educação em Minas Gerais*, realizado em Uberlândia-MG, de 06 a 09 de maio de 2003, p. 1031-1041- CD-ROM.

MARQUES, M.R.A. *Um Fino Tecido de Muitos Fios: Mudança Social e Reforma Educacional em Minas Gerais*. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP), Piracicaba, 2000.

NETO, G.M., FALCÃO, I. R.. GESTÃO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL. In: EYNG, Ana Maria. In: GISI, Maria Lourdes. *Políticas e gestão da educação superior: desafios e perspectivas*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2007.

OLIVEIRA, D.A. (Org.) *Gestão Democrática da Educação: desafios contemporâneos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

OLIVEIRA, J.F. *A Reestruturação da Educação Superior no Brasil e o Processo de Metamorfose das Universidades Federais – o caso da Universidade Federal de Goiás*. São Paulo, FE/USP. Tese de Doutorado. 2000.

PEREIRA, B.L.C. A Reforma do Estado nos anos 90: lógica e mecanismos de controle. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, nº 45, 1998, p. 49-96.

SANTOS, B.de S. *Introdução a uma Ciência Pós-Moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

SANTOS, B.de S. *Pela mão de Alice: O social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, B.de S. *Da Ideia de Universidade à Universidade de Ideias*. Revista Crítica de Ciências Sociais, nº 27/28, jun.1989.

SANTOS, B.de S., ALMEIDA FILHO, N. *A Universidade no Século XXI: Para uma Universidade Nova*. Coimbra: Almedina; 2008.

SGUISSARD, Valdemar. *Educação Superior: Velhos e Novos Desafios*. São Paulo: Xamã, 2000.

SGUISSARD, Valdemar. *Universidade pública estatal: entre o público e o privado/mercantil*. Educação e Sociedade, Campinas, v. 26, n. 90, p.191-222, jan./abr. 2005.

SILVA Junior, João dos Reis. SGUISSARDI, Valdemar. *Novas faces de educação superior no Brasil*. Bragança Paulista, São Paulo: Editora Cortez. 2001.

TEIXEIRA, Anísio. Notas para a história da educação. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Rio de Janeiro, v.37, n.85, p.181-188, jan./mar. 1962.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. *Plano de expansão da UFU para o período de 2008 a 2012 com recursos do REUNI*. Uberlândia: UFU, 2007. 129 p. Disponível em <http://www.reuni.ufu.br/sites/reuni.ufu.br/files/Projeto-REUNI-UFU.pdf> acesso em 20 de junho de 2012.